

This is a full-page view of a blank sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page, providing a template for handwriting practice. There are no margins, text, or other markings on the paper.

1. EIXO 1 - INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS.....	09
Educação, Saúde, Inclusão Social, Infraestrutura Social, Igualdade de Direitos Humanos com Foco em Etnia e Gênero, Segurança e Integridade do Cidadão	
2. EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO.....	09
Cadeias e Redes Produtivas (Indústria, Comércio, Serviços e Mineração), Agropecuária, Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Inovação, Turismo, Cultura, Infraestrutura Econômica e Logística, Copa do Mundo de 2014	
3. EIXO 3 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO.....	13
Planejamento e Gestão Governamental, Gestão de Serviços do Estado, Gestão Financeira, Gestão de Pessoas, Participação e Controle Social	
4. INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	15
Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Como Funciona o Ciclo Orçamentário, Participação e Controle Social, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Como Funciona o Ciclo Orçamentário, PPA Participativo e Diálogos Territoriais, CAPP e CEDETER, Planos de Desenvolvimento Territorial, Consórcio Público, Bahia 2023, Regimento PPA-Participativo (Parte I, II, III e IV)	
5. CALENDÁRIO DAS CONSULTAS PÚBLICAS DO PPA 2012-2015.....	25
6. ANOTAÇÕES.....	26

A Bahia com inclusão e justiça social se constrói por meio da participação popular. A realização do Plano Plurianual Participativo (PPA-P) é mais um passo do nosso governo para consolidar o diálogo com a sociedade baiana. A democracia cidadã, com transparência e participação ativa do povo, é mais que um compromisso, é um instrumento de planejamento da administração pública.

As plenárias do PPA Participativo que ocorrerão nos 26 territórios de identidade, representativos de todas as regiões da Bahia, são espaços privilegiados para a elaboração das políticas públicas em nosso estado.

A presença dos mais variados segmentos sociais, contribuindo na construção e no monitoramento dos programas governamentais, darão prosseguimento a uma relação democrática entre o governo e a sociedade.

Estamos convidando você cidadão, para ser parceiro e co-responsável do plano de governo que vai melhorar a qualidade de vida do povo da Bahia, terra de todos nós.

Jaques Wagner
Governador do Estado da Bahia



CALENDÁRIO DAS CONSULTAS
PÚBLICAS DO PPA 2012-2015

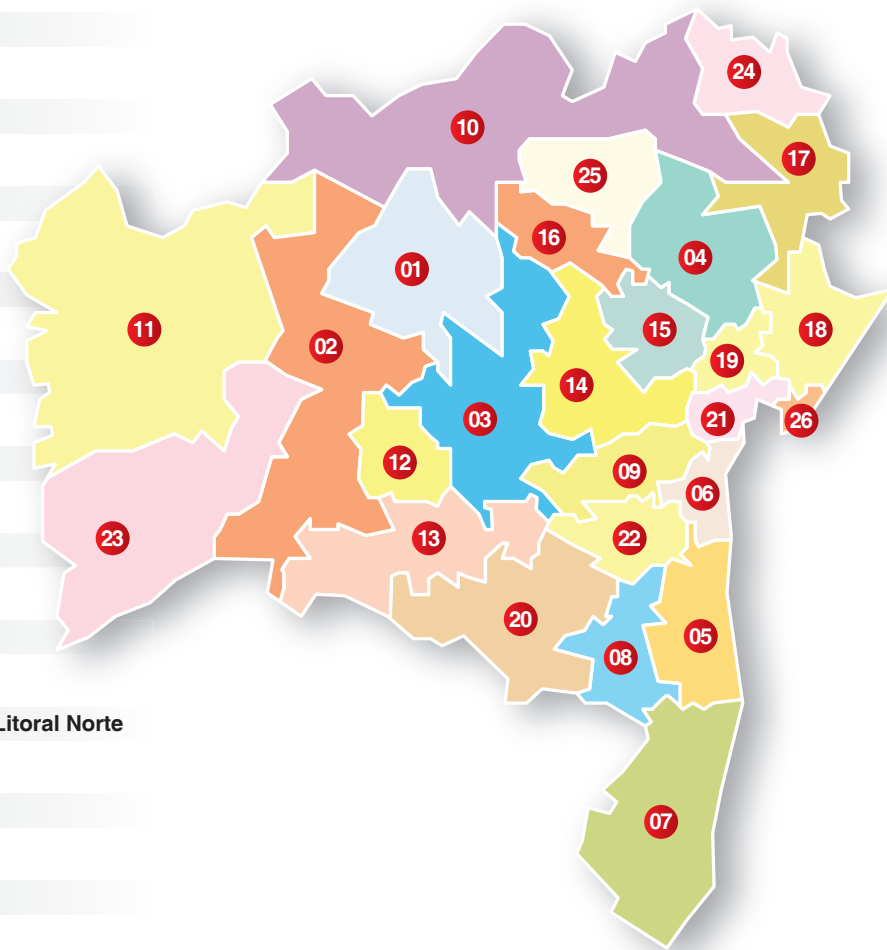
Datas	Território de Identidade	Município
05/04	Portal do Sertão	Feira de Santana
07/04	Sisal	Serrinha
09/04	Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba
09/04	Médio Rio de Contas	Jequié
14/04	Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitória
14/04	Velho Chico	Ibotirama
16/04	Oeste Baiano	Barreiras
16/04	Bacia do Paramirim	Macaúbas
28/04	Sertão do São Francisco	Juazeiro
28/04	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
30/04	Piemonte da Diamantina	Jacobina
30/04	Vale do Jequiriçá	Mutuípe
05/05	Extremo Sul	Eunápolis
05/05	Itapetinga	Itapetinga
07/05	Litoral Sul	Ilhéus
07/05	Baixo Sul	Valença
12/05	Sertão Produtivo	Guanambi
12/05	Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte	Alagoinhas
14/05	Chapada Diamantina	Seabra
14/05	Piemonte Norte do Itapicuru	Senhor do Bonfim
19/05	Irecê	Irecê
19/05	Itaparica	Paulo Afonso
21/05	Bacia do Jacuípe	Riachão do Jacuípe
21/05	Semi-Árido NE II	Cipó
26/05	Recôncavo	Cruz das Almas
27/05	RMS	Salvador

Parte III

Do Fórum de Acompanhamento do PPA Participativo, natureza, composição e funcionamento

- a) Instância de monitoramento e discussão sobre as prioridades temáticas dos territórios de identidade no PPA 2012-2015;
- b) Composto por dois representantes de cada território de identidade, indicados pelas plenárias dos dois Eixos de Desenvolvimento.
- c) O calendário semestral de reuniões será previamente definido;

- 01 Irecê
- 02 Velho Chico
- 03 Chapada Diamantina
- 04 Sisal
- 05 Litoral Sul
- 06 Baixo Sul
- 07 Extremo Sul
- 08 Itapetinga
- 09 Vale do Jiquiriçá
- 10 Sertão do São Francisco
- 11 Oeste Baiano
- 12 Bacia do Paramirin
- 13 Sertão Produtivo
- 14 Piemonte do Paraguaçu
- 15 Bacia do Jacuípe
- 16 Piemonte da Diamantina
- 17 Semi-árido Nordeste II
- 18 Agreste de Alagoinhas / Litoral Norte
- 19 Portal do Sertão
- 20 Vitória da Conquista
- 21 Recôncavo
- 22 Médio Rio das Contas
- 23 Bacia do Rio Corrente
- 24 Itaparica
- 25 Piemonte Norte do Itapicuru
- 26 Metropolitana de Salvador



d) O regimento de funcionamento do Fórum será debatido pelo colegiado em seu primeiro encontro;

Parte IV

Demais questões

a) As questões não contempladas por este regimento interno que ocorrerem durante o processo de funcionamento das Plenárias Territoriais deverão ser encaminhadas para a coordenação do PPA Participativo presente ao evento.

Eixo 1 – Inclusão Social e Afirmação de Direitos

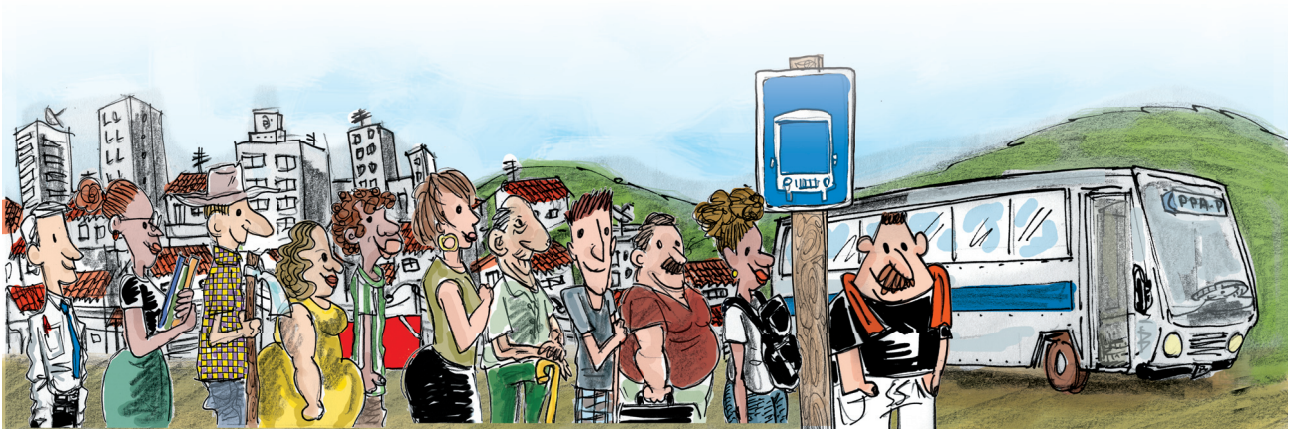
Inclusão Social e Afirmação de Direitos - Contemplam as políticas sociais e a afirmação de direitos que são parte intrínseca – e condição – do desenvolvimento. O acesso universal aos serviços públicos de qualidade expressa o exercício de direitos por todos com equidade.

Educação

Educação Superior - Compreende o funcionamento e a ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições de Ensino Superior na Bahia.

Educação Profissional e Profissionalizante - Envolve as ações de oferta de educação profissional voltadas para a qualificação com foco na inserção de profissionais no mercado de trabalho, principalmente jovens e adolescentes.

Educação Básica - Contempla as ações voltadas para os níveis Fundamental e Médio da rede pública, incluindo ações como construção, ampliação, reforma e reparação de escolas, transporte e merenda escolar, gestão do sistema, política para servidores, entre outras ações.



Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - Compreende as iniciativas voltadas para assegurar a alfabetização da população com idade superior a 15 anos e as ações de promoção da Educação de Jovens e Adultos.

Educação do e no campo - Contempla a pedagogia da alternância, material didático e currículo contextualizados, formação inicial e continuada de educadores, entre outras ações, atendendo às especificidades existentes no campo.

Saúde

Atenção Básica - Envolve todas as iniciativas primárias de atenção à saúde, abrangendo, entre outras iniciativas, a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde.

Atenção às Urgências - O tema envolve as ações de urgência e emergência prestadas à população, a exemplo do Sistema de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU e os sistemas de emergência e urgências nas unidades hospitalares.

Atenção Especializada - Compreende ações e serviços realizados em ambiente ambulatorial, com a utilização de equipamentos médico-hospitalares e profissionais especializados

nas áreas de média e alta complexidade. A atenção envolve cirurgias ambulatoriais, procedimentos traumatológico-ortopédicos, patologia clínica, radiodiagnóstico, exames de ultrassonografia, fisioterapia, terapias especializadas, entre outras ações.

Assistência Farmacêutica - São ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, individual e coletiva, utilizando o medicamento como insumo, visando o acesso e o uso racional. O tema envolve pesquisa, desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a seleção, programação e avaliação da utilização, para obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.

Atenção Integrada ao Uso Indevido de Drogas - Envolve a prestação de serviços a pessoas com transtornos devido ao uso de drogas, com atendimentos individuais e em grupo, contemplando atendimentos de desintoxicação ambulatorial, atenção à família, atendimentos de rua, entre outros.

Vigilância e Proteção à Saúde - Estão contempladas no tema as ações voltadas para a prevenção de problemas de saúde a exemplo de surtos e epidemias, através de campanhas de vacinação e de orientação à população.

Inclusão Social

Segurança Alimentar e Nutricional - Envolve a garantia do direito de todos ao acesso regular e contínuo a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares que favoreçam a manutenção da saúde e que respeitem a diversidade cultural.

Assistência Social e Transferência Direta de Renda - Implica em um conjunto de políticas públicas não contributivas que são prestadas pelo Estado a todos que necessitarem. Beneficiam segmentos específicos da população, a exemplo de crianças, jovens, adolescentes, pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos e famílias em condição de vulnerabilidade social. Estão contempladas no tema as políticas de transfe-

rência direta de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF).
Inclusão Produtiva - Envolve, entre outras ações, a criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas produtivas pela população inscrita em Programas Sociais e também de produtores independentes, unidades produtivas familiares e empreendimentos solidários.

Atendimento e Ressocialização da Criança e do Adolescente - Envolve as ações voltadas para a reinserção social de crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei. O tema contempla diversas etapas de atendimento, desde a internação até a adoção de medidas que facilitem o convívio social e familiar.

Geração de Emprego e Distribuição de Renda - Contempla o conjunto de iniciativas que buscam fomentar iniciativas de geração de trabalho e emprego e que, ao mesmo tempo, favoreçam a distribuição mais equitativa da renda em termos sociais e mais desconcentrada em termos geográfico/espaciais.

Esporte e Lazer - O tema envolve investimentos em equipamentos e infraestrutura esportiva e de lazer, assim como o fomento às iniciativas e à promoção de eventos esportivos e de lazer, privilegiando as comunidades e os segmentos mais carentes da sociedade.

Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais - Contempla o conjunto de ações governamentais voltado para assegurar a inserção social das pessoas portadoras de necessidades especiais, abrangendo iniciativas como saúde, educação, inclusão produtiva, assistência social e acessibilidade, entre outras questões.

Políticas Geracionais - Refere-se às políticas voltadas para a promoção do bem-estar dos idosos, que integram um segmento específico da população.

Comunidades e Povos Tradicionais - Envolve as políticas públicas voltadas para comunidades e povos tradicionais, a exemplo

Regimento PPA-Participativo

Ementa: Dispõe sobre o funcionamento das plenárias dos territórios de identidades na elaboração do PPA Participativo parte integrante do Plano Plurianual 2012-2015.

Parte I

Das Plenárias dos Territórios de Identidades e sua natureza

- a) As Plenárias do PPA Participativo são instâncias de participação da sociedade civil, de cada Territórios de Identidade o Estado da Bahia;
- b) Compõem as Plenárias do PPA Participativo os cidadãos maiores de 16 anos, presentes à reunião na condição de representação de entidades e segmentos sociais com atividade referente no território;
- c) Serão realizadas plenárias com todos os 26 territórios de identidades localizados no Estado da Bahia conforme calendário das plenárias;
- d) As plenárias são espaços públicos de discussões e de sugestões das entidades da sociedade civil com vista a subsidiar o Governo do Estado da Bahia na formulação de diretrizes e macro políticas do Plano Plurianual (PPA 2012-2015);
- e) Os representantes do poder público (prefeitos, vereadores, deputados) constituirão o grupo institucional do seu território para reuniões com os Secretários;
- f) O objetivo do PPA Participativo é o de debater e propor políticas públicas indutoras para o desenvolvimento integrado de longo prazo do território, atuando como eixo condutor de um modelo de crescimento sustentável. Não será o propósito destas plenárias discutir/aprovar recursos ou obras e serviços para os municípios;

g) Serão registradas todas as sugestões apresentadas pelas plenárias, mas serão alvo de análise para o PPA 2008-2011 apenas as propostas vinculadas aos agrupamentos temáticos e macro objetivos.

Parte II

São Direitos e Deveres dos Participantes

Dos Direitos

- a) Participar com direito a voz nas reuniões internas da plenária do seu território;
- b) Discutir e propor alterações sobre os textos debatidos nos eixos de desenvolvimento de sua opção;
- c) Apresentar novas contribuições aos textos dos eixos de desenvolvimento de sua opção;
- d) Priorizar os temas para o seu território;
- e) Indicar representantes de seu território para o Fórum de Acompanhamento do PPA-P;
- f) Ser informado sobre os resultados posteriores às plenárias.

Dos Deveres

- a) Ter debatido com sua base de associados os textos do PPA Participativo;
- b) Informar à sua base de associados que o(a) indicou, sobre as suas atividades desenvolvidas na plenária de seu território;
- c) Participar ativamente de todas as etapas da plenária de seu território;
- d) Informar as pessoas sobre as discussões e indicações de seus representantes encaminhadas pelas reuniões do Fórum de Acompanhamento do PPA Participativo;

- Múltipla-finalidade - O consórcio poderá atuar em diversas áreas como: planejamento regional, saneamento, transporte urbano e intermunicipal, infraestrutura, turismo, trânsito, assistência social, educação, meio ambiente, desenvolvimento rural, apoio à gestão municipal etc.

- Território de Identidade como referência espacial

- Controle Social – pré-estabelecimento, no contrato do consórcio público, de colegiado formado exclusivamente por representantes da sociedade civil responsável por monitorar e opinar sobre as atividades desenvolvidas pelo consórcio.

Bahia 2023

O Plano Bahia 2023 desenha o planejamento de longo prazo para a Bahia, tendo em vista a comemoração dos 200 anos de Independência do estado. O plano é fruto do entendimento que é importante que o Governo saiba onde pretende chegar nos próximos 12 anos, para que o caminho a ser empreendido tenha um sentido, um eixo pré-estabelecido.

O Plano de Desenvolvimento Bahia 2023 buscou responder três questões fundamentais:

- Qual é a Bahia que desejamos em 2023?
- Quais são as forças motrizes, as mega-tendências e os grandes desafios que nortearão a construção desse futuro desejado para o estado?
- Quais são as vocações que devem ser fomentadas em cada Território de Identidade para a inserção dinâmica e sustentada nesse futuro?

O Bahia 2023 foi construído de forma coletiva, por meio da estruturação de um Grupo de Trabalho, que incluiu representantes de diversas secretarias que compõem a malha institucional do Estado e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (Codes). O processo, também, contemplou todas as informações, críticas e sugestões das Secretarias do Estado, os debates dos Seminários “Pensar a Bahia”, o Conselho de Eco-

nomia da FIEB, a compatibilização com os Planos Brasil 2022, Bahia Urbana, Planejamento e Gestão Metropolitana Compartilhada, Plano Estratégico do Turismo, Plano Estratégico do Agronegócio, Aliança Bahia, entre outros.

O Plano de Desenvolvimento Bahia 2023 tem como base a metodologia Planejamento Estratégico Situacional (PES). O PES é um método e uma teoria do Planejamento Estratégico Público que foi pensado para servir aos dirigentes políticos de órgãos cujo centro de jogo não seja exclusivamente o mercado, mas sim o jogo político, econômico e social, com a consequente criação, implantação e consolidação das novas práticas de trabalho.

O Plano Bahia 2023 subsidiará os próximos três planos plurianuais (PPA) na formulação dos seus programas, projetos e ações para que o Estado alcance um nível mais elevado de desenvolvimento. A Carta de Valores e Princípios do Plano orienta que as práticas democráticas regerão as ações do Governo e das Instituições da Bahia.

Nesse sentido, as diretrizes globais do plano: descentralização, desconcentração, sustentabilidade, promoção da igualdade, universalização dos serviços básicos, renda mínima universal, defesa dos bens comuns, democratização do acesso aos meios de produção, redução das diferenças regionais, prioridade para a produção e difusão do conhecimento e a afirmação da liderança baiana.

Com o Plano Bahia 2023 o Governo compromete-se em desenvolver a Bahia, erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem-estar de todos, além de reger as suas relações internacionais e institucionais respeitando os direitos humanos. Assim, o Plano definiu como meta para a Bahia em 2023 um “Estado cuja população desfrute de qualidade de vida, maior participação nos resultados econômicos, com equilíbrio social e étnico e integrado nacional e internacionalmente.”



de indígenas, quilombolas e povo de santo, entre outros segmentos, em ações relacionadas à saúde, educação, inclusão produtiva, cultura, liberdade religiosa, além de outras iniciativas.

Inclusão Sociodigital - Articula as ações do Estado focadas na promoção da inclusão sociodigital da população, particularmente dos que residem em comunidades periféricas, pequenos municípios do interior e nos espaços rurais e que enfrentam dificuldades de acesso ao universo digital.

Políticas para a Juventude - Envolve um conjunto articulado de esforços com o objetivo de oferecer políticas públicas que contemplem a juventude nas diversas dimensões sociais, tais como saúde, educação e inclusão social.

Comunicação Comunitária - Agrega as ações que buscam fortalecer as iniciativas de comunicação comunitária de interesse social, a exemplo da qualificação de pessoas e realização de

eventos, entre outros.

Trabalho Decente - Compreende as ações voltadas para garantir o exercício do trabalho remunerado de forma adequada, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e capaz de garantir uma vida digna.

Infraestrutura Social

Acesso à Água - Agrega as ações de oferta de água de qualidade para consumo humano e uso na produção, principalmente no semiárido baiano, respeitando as condições de sustentabilidade hídrica e ambiental.

Habitação e Melhorias Urbanas - O tema engloba as ações de construção de imóveis em áreas urbanas e rurais, regularização fundiária em áreas urbanas e promoção de melhorias em habitações já existentes, também nas áreas urbanas e rurais. Também estão contemplados no tema investimentos na construção ou requalificação de equipamentos urbanos.

Mobilidade Urbana - Contempla os investimentos voltados para facilitar a mobilidade nos grandes centros urbanos do estado e as ações voltadas para melhorar os sistemas de transportes.

Esgotamento Sanitário - Envolve o conjunto de ações que visam elevar a qualidade de vida da população através da oferta de sistemas de esgotamento sanitário em áreas urbanas e rurais, particularmente nas regiões com os mais baixos índices de cobertura no estado.

Resíduos Sólidos - Compreende as ações que buscam a coleta, tratamento e destinação de resíduos sólidos em áreas urbanas e rurais nos municípios baianos. Entre as iniciativas contempladas com o tema está a formação de consórcios públicos para o devido tratamento a esses resíduos.

Acesso à Energia Elétrica - Atende as ações voltadas para a extensão de redes de energia elétrica para as populações urbanas e rurais dos municípios baianos, com ênfase no acesso com o objetivo de elevar a qualidade de vida da população e também oferecer condições de inserção produtiva aos baianos.

Igualdade de Direitos Humanos com Foco em Etnia e Gênero

Promoção da Igualdade Racial - Contempla as ações afirmativas voltadas para a promoção da igualdade racial, priorizando segmentos populacionais tradicionalmente excluídos, a exemplo dos indígenas e dos afro-descendentes, especialmente os quilombolas.



Promoção da Igualdade de Gênero - Envolve o conjunto de ações que tem o objetivo de promover a igualdade de gênero, fortalecendo o papel da mulher na sociedade.

Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos - Compreende o conjunto de iniciativas que envolvem a promoção dos direitos humanos, como as políticas de defesa da pessoa humana, o fortalecimento de fóruns e conselhos temáticos e a valorização da vida e da dignidade humana, promovendo o respeito às diferenças de etnia, gênero, orientação sexual e religiosa.

Promoção e Defesa dos Direitos do Consumidor - Envolve as ações que tem a finalidade de assegurar o equilíbrio nas relações de consumo, sobretudo protegendo o consumidor de eventuais abusos. Envolve também a fiscalização de bens e serviços e a garantia da livre concorrência entre produtores.

Segurança e Integridade do Cidadão

Prevenção à Criminalidade e ao Consumo de Drogas - Relaciona-se às ações necessárias à prevenção à criminalidade, com ênfase particular ao consumo de drogas entre a população.

pamento dos Territórios de Identidade: o Litoral Norte, o Recôncavo-RMS, o Litoral Sul, o Semiárido e o Cerrado. A implementação permitirá:

- Orientar as ações governamentais nos campos da infraestrutura econômica e social;
- Implementar novos serviços públicos e privados;
- Reforçar arranjos sócio-produtivos sustentáveis;
- Resgatar arranjos sócio-produtivos em crise.

O grande diferencial dos Planos Mestres é considerar a diversidade regional da Bahia, orientando a elaboração e qualificação dos Planos de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

Consórcio Público

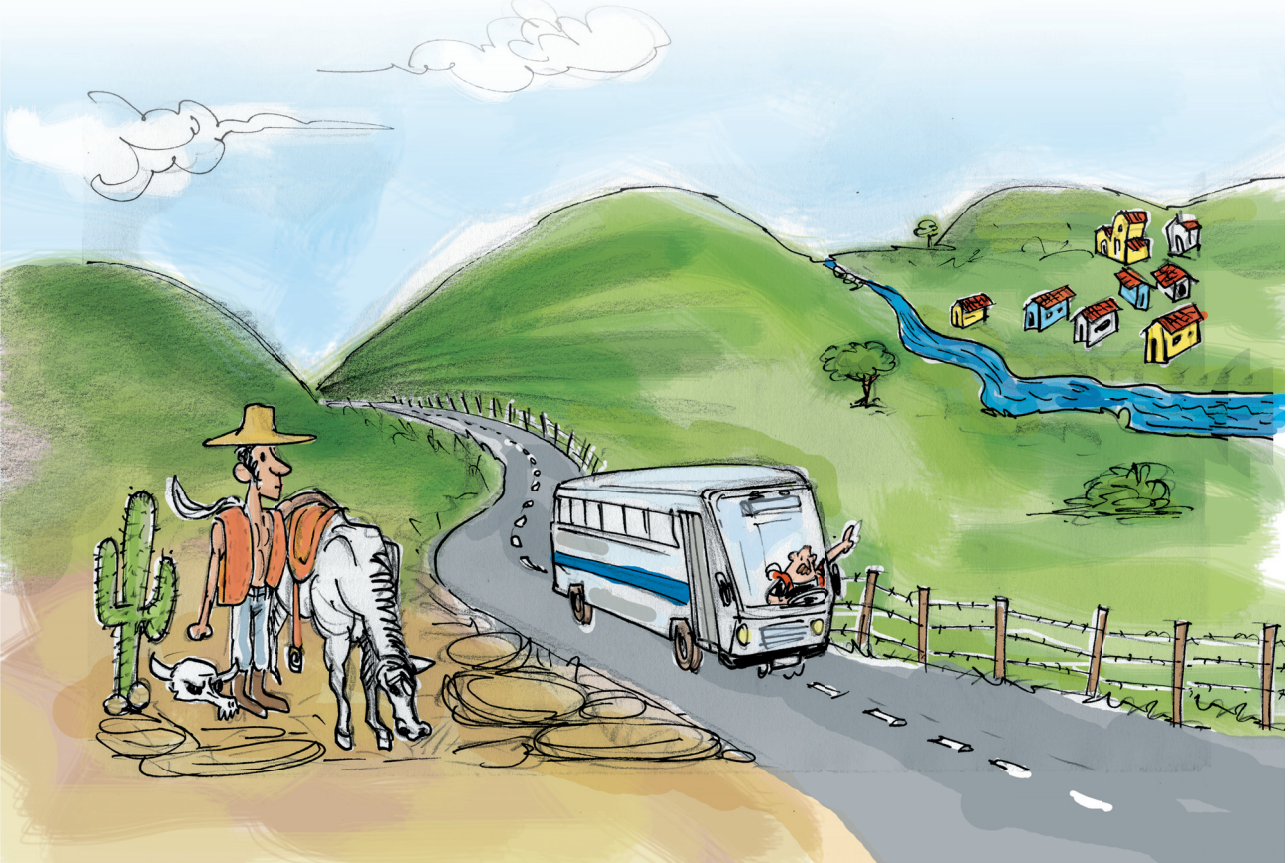
Os consórcios públicos são uma modalidade de associação entre entes federativos (União, Estado e Municípios) com vistas ao planejamento, à regulação e à execução de atividades de um modo geral ou de serviços públicos de interesse comum de

alguns ou de todos os consorciados. São autarquias que compõem a administração indireta dos entes consorciados.

Trata-se, portanto, de um instrumento que viabiliza a melhoria da gestão pública e a racionalização no uso do dinheiro público, uma vez que a solução de problemas comuns se dá por meio de políticas e ações conjuntas. A criação de consórcios públicos possibilita ainda a descentralização da prestação de serviços, maior racionalidade na elaboração e implementação das políticas públicas, e promove a visão territorial do desenvolvimento.

Formaram-se desde 2009 consórcios nos territórios do Sisal, Portal do Sertão, Irecê, Sertão do São Francisco e Vale do Jiquiriçá e há outros em processo de formalização.

Cabe destacar, que estes consórcios estão sendo formados atendendo a três condições básicas:



realizações no Plano Plurianual 2008-2011. A função de conselheiro não é remunerada, mas o Governo do Estado promove a capacitação contínua para que possam dominar conceitos do planejamento e do orçamento e fazer um acompanhamento mais qualificado das ações governamentais.

Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) - O Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (CEDETER) é um fórum criado pelo Governo do Estado com o objetivo de aprimorar a gestão pública na Bahia, orientando-se por princípios democráticos e participativos. O conselho, instituído pelo decreto n.º 12.354, de 25 de agosto de 2010, constitui um fórum permanente de caráter consultivo que visa subsidiar o planejamento e as ações do governo nos 26 Territórios de Identidade.

A composição do CEDETER é paritária entre poder público e sociedade civil, através da representação de oito secretarias de Estado e oito membros dos Colegiados Territoriais, além da participação de representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do Ministério de Integração Nacional. A Bahia é o primeiro estado a institucionalizar esse instrumento de gestão participativa.

Compõem o colegiado a Secretaria do Planejamento (Seplan) que exerce a presidência, a Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir) que exerce a vice-presidência, além das secretarias de Saúde (Sesab), Educação (SEC), Cultura (Secult), Desenvolvimento Urbano (Sedur), Relações Institucionais (Serin) e Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (Seagri).

Planos de Desenvolvimento Territorial
Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável (PTDS) - O PTDS é o principal instrumento orientador das estratégias e intervenções no Território. Tem como objetivo facilitar a articulação e a implementação de programas e projetos que viabilizem o desenvolvimento territorial sustentável. Ele é

resultado do amplo processo de sensibilização, mobilização e construção coletiva dos principais atores do Território, tanto do poder público, como da sociedade civil organizada.

O PTDS, portanto, norteará os programas e serviços públicos desenvolvidos pelos governos municipais, estadual e federal. Desta forma, na construção do planejamento estratégico do estado da Bahia (Plano de Desenvolvimento Bahia 2023) e, principalmente do PPA 2012-2015, o PTDS terá papel de destaque para a composição de suas matrizes programáticas territoriais.

Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Bahia (PDS – ZEE e Planos Mestres)

O PDS consiste na elaboração de um grupo de ações estratégicas que visam o crescimento econômico aliado à preservação do meio ambiente e elevação da qualidade de vida. Está sendo executado pela Secretaria do Planejamento e pela e pela Secretaria do Meio Ambiente com a participação do Setor Público e da Sociedade Civil.

Integram o PDS dois grandes segmentos interdependentes: o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e os Planos Mestres de suas cinco Macrorregiões (Litoral Norte, Recôncavo-RMS, Litoral Sul, Semiárido e o Cerrado).

O ZEE é um instrumento de gestão que servirá para orientar os investimentos públicos e privados. Sua importância para a Bahia está em apontar, através de lei:

- As áreas adequadas à implantação de arranjos sócio-produtivos específicos;
- Os locais que devem ser protegidos devido a maior vulnerabilidade ambiental; e
- As regiões que se encontram degradadas ou em estado de degradação que deverão ser objeto de ações de recuperação.

Os Planos Mestres são instrumentos que indicam diretrizes específicas para cinco grandes regiões compostas pelo agru-

Segurança Pública com Cidadania - Compreende o conjunto de ações que visa o combate à criminalidade, através de uma relação sintonizada e integrada com a sociedade.

Sistema Penitenciário - Integra o conjunto de ações voltadas para a gestão do sistema penitenciário, garantindo o funcionamento adequado das unidades penais com a garantia do respeito aos direitos humanos.

Ressocialização do Preso - Reúne as ações voltadas para permitir que os egressos do sistema prisional tenham condições favoráveis de reinserção na sociedade, minimizando os riscos da prática de novos delitos.

Modelo de Polícia Comunitária - Envolve a construção de políticas de policiamento ostensivo e investigativo em parceria com a sociedade.



Defesa Civil - O tema envolve o conjunto de ações voltadas para a prevenção e o atendimento em caso de calamidades públicas, a exemplo de enchentes, deslizamento de encostas e estiagens prolongadas, com medidas que visem minimizar os problemas no curto prazo.

Gestão do Trânsito - Compreende o conjunto de ações voltadas para a oferta de serviços na área de trânsito, assim como de políticas focadas na conscientização de pedestres e condutores e na redução de acidentes.

Eixo 2 – Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento

Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento - Integram ações nas áreas de mobilidade, turismo, serviços, indústria, comércio, agronegócio e agropecuária, meio ambiente, ciência e tecnologia, entre outras. São ações que visam assegurar à sociedade as condições de expandir e empreender suas atividades de forma a gerar riqueza de forma sustentável.

Cadeias e Redes Produtivas (Indústria, Comércio, Serviços e Mineração)

Desenvolvimento Industrial - Relaciona as ações voltadas para o desenvolvimento da atividade industrial, com ênfase na desconcentração espacial, na integração em cadeia das atividades produtivas, na geração de mais oportunidades de trabalho e na distribuição de renda.

Dinamização do Comércio - Tem o objetivo de desenvolver ações que favoreçam a dinamização da atividade comercial, ampliando postos de trabalho e dinamizando a economia dos municípios baianos.

Desenvolvimento dos Serviços - Busca o desenvolvimento de ações que fortaleçam os serviços, com elevação do valor agregado, geração de emprego e maior dinamização da economia do estado.

Desenvolvimento da Mineração - Envolve as ações focadas no desenvolvimento da atividade mineral, a exemplo da realização de pesquisas minerais, concessão de licenças e demais incentivos à atividade.

Apoio às Pequenas e Médias Empresas - Contempla as ações que buscam o fortalecimento das micro e pequenas unidades, como a oferta de crédito, a capacitação profissional e empresarial, o fortalecimento das cadeias produtivas e a estruturação das redes de comercialização.

Integração da Bahia com a Economia Nacional e Internacional - Compreende as ações voltadas para a projeção da Bahia no cenário econômico nacional e internacional, visando a atração de novos investimentos para o estado. Entre essas ações estão a promoção de eventos, visitas oficiais, divulgação de produtos baianos e parcerias diversas com empreendedores nacionais e estrangeiros.

Agropecuária

Agricultura Familiar - O tema contempla todas as ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, a exemplo das ações de assistência técnica e extensão rural, oferta de crédito, regularização fundiária e reforma agrária, comercialização, investimentos em infraestrutura e o fortalecimento das cadeias produtivas.

Agronegócio - Atende às políticas que visam o atendimento das necessidades do segmento, a exemplo de investimentos em infraestrutura, crédito e assistência técnica, entre outras ações.

Aqüicultura e Pesca - Envolve as ações que visam o desenvolvimento da atividade, a exemplo de assistência técnica, oferta de equipamentos, investimento em infraestrutura, crédito e escoamento da produção.

Regularização Fundiária e Reforma Agrária - Compreende as ações voltadas para a emissão de títulos de terra para agricultores familiares em terras devolutas, entre outras ações, e o apoio às ações de reforma agrária, conforme o Plano Nacional de Reforma Agrária.

Defesa Sanitária - Estão contempladas nesse tema as ações relacionadas à vigilância sanitária vegetal e animal, com o objetivo de controlar o surgimento e a disseminação de pragas e doenças no estado.

Agroindustrialização - Envolve as ações de verticalização, apoiando as unidades de beneficiamento e/ou processamento da produção agropecuária voltada para a dinamização da economia territorial.

Economia Verde - Decorre das vantagens competitivas que um determinado ator pode ter ao trabalhar o meio ambiente em seu processo produtivo, aproveitando as oportunidades de mercado e aumentando o valor agregado dos produtos com qualidade ambiental.

PPA Participativo e Diálogos Territoriais

Plano Plurianual Participativo (PPA-P) - A participação da sociedade na construção de políticas públicas está prevista na Constituição Federal de 1988 e é fruto do esforço da sociedade e dos movimentos sociais, que se empenharam para garantir maior participação popular no processo. Na Bahia, apesar dos esforços e da mobilização dos movimentos sociais, somente a partir de 2007 a sociedade teve assegurado o direito de participar e influir nas decisões de governo que afetam a vida das pessoas.

Assim, o primeiro Plano Plurianual Participativo (PPA-P) na Bahia ocorreu em 2007, fruto de uma iniciativa inédita no Brasil, com o objetivo de assegurar o diálogo entre Estado e Sociedade para a construção de políticas públicas e mais transparência nas ações do governo.

Na ocasião, 17 cidades da Bahia foram sede de plenárias que reuniram representantes dos 26 Territórios de Identidade, nos meses de maio e junho. No total, mais de 12 mil pessoas participaram das plenárias territoriais e cerca de 40 mil se envolveram nas reuniões preparatórias nos territórios.

Depois do PPA Participativo, outros processos consultivos foram realizados na Bahia. É o caso de conferências como as da Cultura, cuja terceira edição mobilizou mais de 50 mil pessoas em 367 municípios dos 26 Territórios de Identidade. Outro evento com público total estimado em 50 mil pessoas foi a Conferência Estadual de Educação, realizada em 2009. Outras conferências realizadas desde 2007 debateram temas como Direitos Humanos, Comunicação, Juventude e Igualdade Racial, mobilizando um público total de aproximadamente 400 mil pessoas.

Diálogos Territoriais - Os diálogos territoriais ocorreram entre os meses de abril e junho de 2010 e foram promovidos pelo Conselho de Acompanhamento do PPA (CAPP) e a Coordenação Estadual dos Territórios (CET), com o apoio das secretarias do Planejamento e de Relações Institucionais. Os objetivos do evento foram a pro-

moção de uma discussão sobre política territorial, o fortalecimento do papel dos membros do CAPP com maior integração junto aos colegiados territoriais e, também, a prestação de contas das ações de governo nos Territórios de Identidade.

Uma das iniciativas mais importantes dos Diálogos Territoriais foi a apresentação sobre as realizações do governo a partir das demandas apresentadas pelos territórios, durante o PPA Participativo. O evento foi importante, principalmente, por dois motivos: primeiro porque houve a iniciativa do governo de retornar aos territórios para apresentar as realizações da gestão, o que nunca foi feito anteriormente na Bahia. Segundo porque se incentivou o controle social, já que as ações realizadas chegaram ao conhecimento da população.

Os Diálogos Territoriais aconteceram nos 26 Territórios de Identidade, com a participação de aproximadamente 2,3 mil pessoas. Além de representar o retorno aos territórios para a prestação de contas, o evento significou a continuidade da política de participação iniciada em 2007 e que terá continuidade no período 2011-2014, com a realização, pela segunda vez, do PPA Participativo. A continuidade implica na construção compartilhada com a sociedade e os movimentos sociais do PPA 2012-2015, cuja aprovação ocorre ainda em 2011.

CAPP e CEDETER

Conselho de Acompanhamento do PPA (CAPP) - Além de promover a construção de um plano de acordo com as necessidades da sociedade, o governo fortaleceu os instrumentos de transparência, com a criação do Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual (CAPP), composto por representantes da sociedade eleitos nas plenárias territoriais do PPA e cuja função é subsidiar e aconselhar o Governo do Estado quanto à execução do PPA 2008-2011.

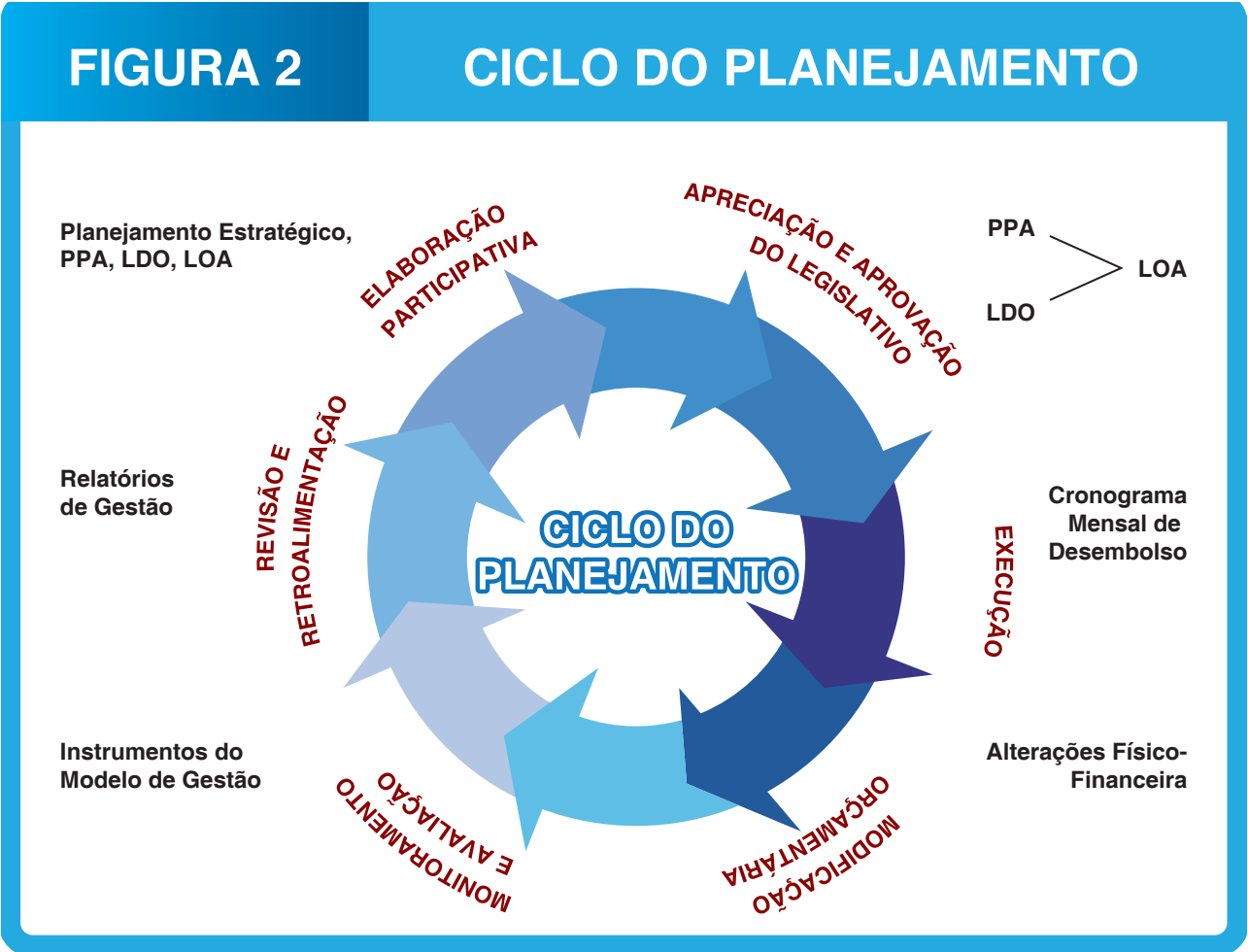
Desde 2008 os integrantes do CAPP se reúnem com frequência para discutir temas de interesse dos territórios, apresentar sugestões de ações para o governo e obter informações sobre

Como Funciona o Ciclo Orçamentário

O ciclo orçamentário pode ser resumido pelos seguintes procedimentos:

- 1. Determinação da situação, com identificação dos problemas existentes;
- 2. Diagnóstico da situação, com a identificação das causas que provocam o aparecimento dos problemas;
- 3. Apresentação das soluções: identificação das alternativas viáveis para solucionar os problemas;
- 4. Estabelecimento das prioridades: ordenamento das soluções encontradas;

- 5. Definição dos objetivos: estabelecimento do que se pretende fazer e o que se conseguirá com isso;
- 6. Determinação das tarefas: identificação das ações necessárias para atingir os objetivos;
- 7. Determinação dos recursos: mobilização dos meios: recursos humanos, materiais, técnicos, institucionais e serviços de terceiros necessários;
- 8. Determinação dos meios financeiros: expressão monetária dos recursos alocados, que é o custo financeiro necessário para utilizar os recursos que necessitam ser mobilizados.



Meio Ambiente

Educação Ambiental - Contempla as iniciativas voltadas para a educação e a conscientização acerca da preservação do meio-ambiente e de sua sustentabilidade, com a finalidade de associar o desenvolvimento econômico à preservação dos recursos naturais.

Controle e Sustentabilidade Ambiental - Envolve as ações que buscam assegurar a preservação do meio-ambiente e o uso racional dos recursos naturais, com a finalidade de assegurar a sustentabilidade. Entre as ações estão a fiscalização e o licenciamento ambiental.

Mudanças Climáticas - O tema compreende o conjunto de ações sob a responsabilidade do estado que possam contribuir para atenuar os efeitos das mudanças climáticas que estão em curso, em função da interferência humana sobre o meio-ambiente.

Recursos Hídricos - Contempla as ações que visam combinar a utilização dos recursos hídricos com as necessidades que se colocam para a preservação desse ativo ambiental, utilizando como instrumento de gestão os diversos planos elaborados nos últimos anos.

Combate à Desertificação - Envolve as ações necessárias para interromper o processo de desertificação no semiárido e, ao mesmo tempo, atenuar os impactos sobre as regiões que já enfrentam o problema.

Serviços Ambientais - Promover a realização de serviços voltados para a conservação do patrimônio ambiental mediante incentivos.

Aperfeiçoamento do Licenciamento Ambiental - Busca desenvolver ações para agilizar os processos de licenciamento ambiental sem comprometer a preservação dos recursos naturais.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Tecnologia da Informação e Comunicação TIC - Contempla as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento, a inovação e a difusão de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Parque Tecnológico da Bahia - Visa criar um habitat de inovação diferenciado para densificar o sistema regional de inovação tecnológica do Estado, abrigando instituições públicas e para-públicas de fomento à atividade inovadora ou que possuam agenda na área de ciência, tecnologia e inovação.

Energias Renováveis - Compreende o conjunto de ações que visa o desenvolvimento de uma matriz energética renovável e ambientalmente sustentável. Entre as ações estão desde o incentivo à produção de oleaginosas até o desenvolvimento de tecnologias inovadoras. Entre as energias renováveis podem ser citadas as energias eólica, solar e a biomassa, entre outras.

Fortalecimento da Base Científica e Incentivo à Inovação Tecnológica - O tema contempla o conjunto de ações que buscam adensar a base científica estadual e fomentar a inovação tecnológica, tornando o estado atrativo para investimentos no segmento.

Tecnologias Sociais - Compreendem produtos, técnicas e/ou metodologias reaplicáveis desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem soluções de transformação social.

Pesquisa e Extensão - Envolve as iniciativas que visam fomentar a pesquisa e a extensão, particularmente nas Instituições de Ensino Superior da Bahia, com o objetivo de promover o desenvolvimento do estado.

Ampliação da Oferta de Energia - Ampliar a oferta de energia através do incentivo ao investimento em produção e distribuição, priorizando as fontes renováveis.

Turismo

Dinamização das Redes e Cadeias Produtivas do Turismo - Busca a implementação de ações que fortaleçam a atividade turística na Bahia, através da dinamização dos setores de comércio e serviços diretamente vinculados ao turismo.

Interiorização do Turismo - Contempla o conjunto de ações que tem a finalidade de promover e incentivar o turismo nos municípios do interior, assim como desenvolver o potencial turístico e implementar ações de promoção desses destinos, desconcentrando espacialmente a atividade.

Qualificação dos Serviços e do Destino Bahia - Compreende a elevação da qualidade e a diversificação dos serviços turísticos prestados, assim como o fortalecimento das ações promocionais dos atrativos turísticos do estado.

Turismo para a Copa 2014 - Contempla o conjunto de ações que envolvem o turismo e a realização da Copa do Mundo de 2014 na Bahia.

Cultura

Desenvolvimento Territorial da Cultura - O tema envolve as diversas ações necessárias para o desenvolvimento territorial equilibrado da cultura no estado, contemplando todas as regiões.

História, Memória e Patrimônio - Compreende o conjunto de ações relacionado à promoção, valorização e preservação da História, da Memória e do Patrimônio Cultural da Bahia.

Promoção e Acesso à Cultura - Relaciona-se ao conjunto de políticas que tem o objetivo de promover o acesso da população às diversas formas de manifestações culturais, particularmente entre os segmentos da população que tradicionalmente tem maiores dificuldades de acesso.

Desenvolvimento das Indústrias Criativas - Atividades baseadas na criatividade e/ou no direito de propriedade intelectual.

Infraestrutura Econômica e Logística

Projetos Estruturantes - Relaciona-se aos grandes projetos em andamento que visam dotar o estado da infraestrutura necessária para o escoamento das riquezas produzidas no estado e tornar a Bahia atrativa para novos investimentos. Entre os exemplos estão a Ferrovia de Integração Oeste Leste e o Porto Sul, em Ilhéus.

Modal Rodoviário - Envolve o conjunto de ações de construção, recuperação e manutenção da malha rodoviária estadual, entre outros equipamentos relacionados à infraestrutura rodoviária.

Modal Aeroviário - Compreende as ações que vinculadas à infraestrutura aeroviária, a exemplo da construção, recuperação e manutenção de aeroportos, entre outros equipamentos vinculados à atividade aeroviária.

Modal Aquaviário - Contempla as ações que se relacionam ao uso do modal aquaviário, a exemplo da infraestrutura e demais equipamentos vinculados a esse sistema de transportes.

Expansão da Oferta de Gás Natural - A área temática envolve as ações que se relacionam à expansão da rede de gás natural e disponibilização do combustível para as diversas categorias de consumidores.

Telecomunicações - Fomentar a ampliação da cobertura da telefonia móvel e da utilização da internet com banda larga, além de levar o sinal da TV pública para todos os municípios baianos.

Copa do Mundo de 2014

Capacitação de Mão-de-Obra - Envolve as ações de capacitação e qualificação para os trabalhadores que atuarão durante a realização da Copa do Mundo de 2014 na Bahia.

Segurança - Contempla as ações relacionadas à política de segurança pública para a Copa do Mundo de 2014.

FIGURA 1

INSTRUMENTOS LEGAIS

Plano Plurianual - PPA
Diretrizes, objetivos e Metas
4 anos

Prazo - 31 de agosto

Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO
Metas e Prioridades Anual

Prazo - 15 de maio

Lei Orçamentária Anual - LOA
Receitas e Despesas Anual

Prazo - 30 de setembro

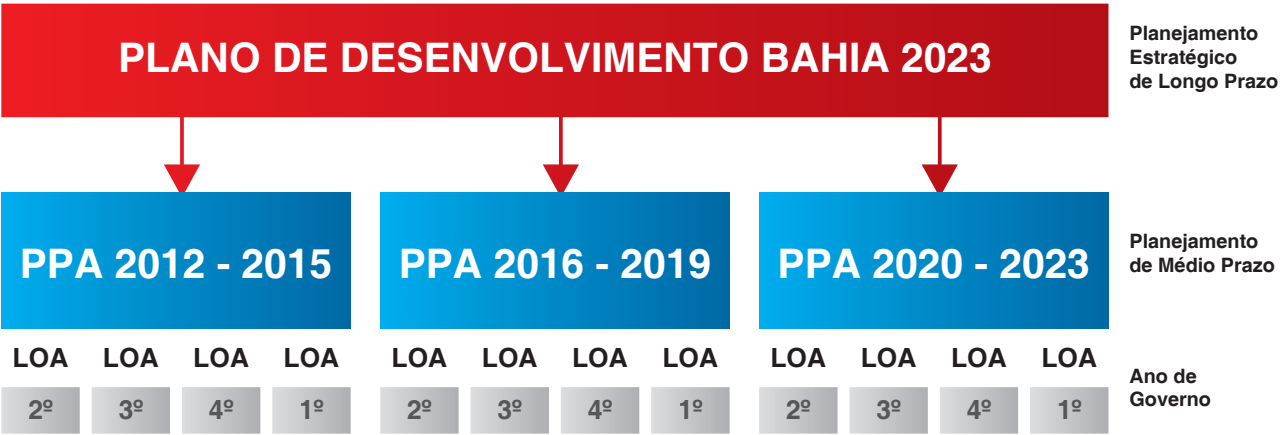
- Os objetivos consistem no detalhamento dos resultados que se pretende alcançar com a execução das ações governamentais que permitirão a superação das dificuldades diagnosticadas;
- As metas são a tradução quantitativa dos objetivos;

Lei de Diretrizes Orçamentárias

A LDO é o instrumento que serve de elo entre o PPA (que é um documento mais estratégico) e a LOA, que é o instrumento que materializa as ações do governo. Pode-se afirmar o seguinte sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias: “A LDO tem a finalidade de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e de seguridade social e de investimentos de empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual – LOA com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA”.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem vigência anual e vincula a LOA ao PPA da seguinte forma:

- Contém as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente;
- As orientações para a elaboração do orçamento do exercício subsequente;



- Os limites para a elaboração das propostas orçamentárias de cada poder (Executivo, Legislativo e Judiciário);

Lei Orçamentária Anual

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é a materialização das diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual. Sobre a LOA, pode-se afirmar: “O orçamento anual visa concretizar os objetivos e metas propostos no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas na LDO”. No Brasil, a forma empregada para a elaboração do orçamento é através do Orçamento-Programa.

A responsabilidade pela elaboração e encaminhamento às Assembléias Legislativas e ao Congresso Nacional do PPA, da LDO e da LOA é dos chefes do Executivo nos três níveis de poder (prefeitos, governadores e presidente da República). Há prazos definidos para aprovação de cada um dos instrumentos orçamentários, como mostra a Figura abaixo.

A coincidência de datas e a continuidade das ações de planejamento do governo mostram que o ciclo orçamentário nunca se encerra: quando se esgota a vigência do PPA ou da LOA, de imediato, entra em vigor uma nova proposta; ao longo do exercício diversas atividades coincidem, mostrando que a aplicação dos recursos públicos ocorre dentro de um ciclo. É o que pode ser visto nas figuras abaixo.

Mobilidade Urbana - Relaciona-se à propostas que enfocam os investimentos em mobilidade urbana para a Copa do Mundo de 2014.

Arena Multiuso - envolve as propostas relacionadas ao novo estádio em construção para a Copa do Mundo de 2014.

Eixo 3 – Gestão Democrática do Estado

Gestão Democrática do Estado - Pretende-se a participação cidadã que é uma demanda das sociedades democráticas, característica do Estado de Direito. Dessa forma, busca-se a transparência, a participação e o diálogo social; como também políticas e diretrizes de implantação da gestão por resultado para o aumento da produtividade com eficiência.

Planejamento e Gestão Governamental

Planejamento Estratégico e Articulação Territorial - Envolve os procedimentos associados ao planejamento governamental voltados para a coordenação, formulação, integração e compatibilização de políticas públicas com base nos Territórios de Identidade.

Gestão do PPA - Decorre da implementação do Modelo de Gestão por Resultados do PPA, mediante a utilização de 11 instrumentos integrados e articulados entre si e organizados em quatro dimensões: pessoas, sociológica, tecnológica e de processos.

Informação a Serviço da Sociedade - Produz de forma sistemática informações sobre a realidade socioeconômica e ambiental do Estado da Bahia em atendimento a demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil.

Gestão de Serviços do Estado

Advocacia do Estado - Patrocina a defesa, em Juízo, dos bens e interesses públicos subjetivados do Estado da Bahia e atua preventivamente nas diversas etapas de formação da von-



tade estatal e da gestão da coisa pública.

Atendimento ao Cidadão - Facilita o acesso aos serviços públicos mediante as interrelações entre as unidades governamentais, com racionalização de recursos, utilização intensiva da informática e redução do tempo de espera do público usuário.

Regulação e Fiscalização dos Serviços Públicos Delegados - Visa garantir a eficiência, a qualidade e o bom atendimento a população nos serviços públicos concedidos, permissionados, autorizados, delegados e transferidos aos municípios e/ou a iniciativa privada.

Comunicação de Governo - Coordena o planejamento e a política de comunicação e informação do Governo, garantindo à sociedade o pleno conhecimento e transparência de suas ações.



Gestão Financeira

Modernização Tributária - Envolve os processos de planejamento e execução da fiscalização da arrecadação dos tributos estaduais.

Gestão de Pessoas

Formação e Capacitação de Pessoas - Estabelece o foco no desenvolvimento de competências gerenciais, técnicas e operacionais, em âmbito individual e interpessoal, necessárias ao aprendizado coletivo.

Participação e Controle Social

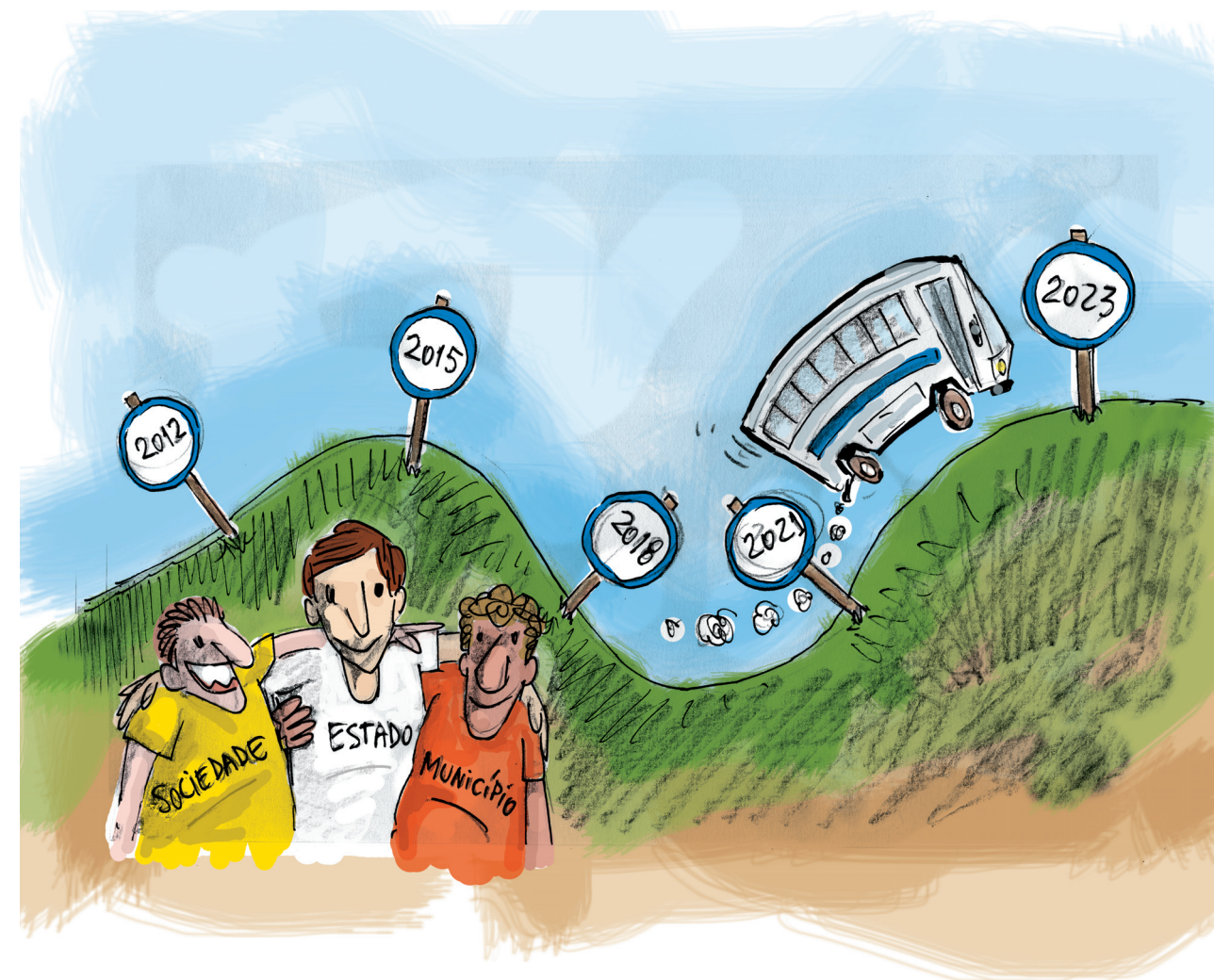
PPA Participativo - Processo de escuta social para subsidiar a elaboração do Plano Plurianual – PPA 2012-2015, tomando por referência os Territórios de Identidade e pactuando as políticas públicas de interesse social.

Articulação Social - Envolve as ações de articulação, execução e controle das atividades de coordenação das relações do Poder Executivo com a sociedade civil e suas instituições.

Assuntos Legislativos - Promove a interlocução entre o Poder Executivo e os Poderes Legislativos Federal, Estadual e Municipal.

Relação Federativa - Procura fortalecer o pacto federativo através do princípio da cooperação e autonomia.

Conferências e Conselhos Temáticos - Decorrem de um modelo de gestão pública que privilegia a democracia, a inclusão e a participação social como possibilidades de proporcionar à sociedade civil a participação nas discussões sobre a formulação e implementação de políticas públicas.



INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Plano Plurianual

O PPA é instrumento orçamentário com vigência de quatro anos, instituído pela Constituição de 1988. Foi elaborado pela primeira vez nos estados em 1991, para o período 1992-1995. Novas versões foram concebidas para os quadriênios 1996-1999, 2000-2003, 2004-2007 e, por fim, o atual PPA que está em vigor, iniciado em 2008 e com término em 2011.

O PPA é um instrumento orçamentário e de planejamento que se articula com dois outros instrumentos também previstos na

Constituição de 1988: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Ao contrário do PPA, a LDO e a LOA são elaboradas anualmente. Os três instrumentos articulam-se da seguinte forma:

O PPA é “instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para aqueles referentes a programas de duração continuada”.

- As diretrizes são orientações ou princípios que nortearão a captação, gestão e gastos de recursos durante quatro anos, com vistas a alcançar os objetivos de Governo no período do Plano;